

**UNIVERSIDAD SAN LORENZO
UNIVERSIDADE DAS AMÉRICAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

FRANCISCO JUDECY ALVES DA SILVA

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS PRÁTICAS DE LEITURA

**Assunção
2013**

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS PRÁTICAS DE LEITURA

Este artigo foi submetido à Universidad San Lorenzo - UNISAL / Universidade das Américas - UNIAMERICAS como parte integrante do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Educação ministrado pela UNISAL.

A citação de qualquer trecho deste artigo é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Nota obtida: _____

TUTOR

Prof. Dra. Damaris Leite Silva

Resumo :O estudo desenvolvido procura demonstrar como a Educação do Campo, cujo processo de elaboração teórico-prática, vem sendo protagonizado pelo movimentos sociais no Brasil nas ultimas décadas, pode contribuir decisivamente para a construção de uma nova hegemonia. Ao nos aproximarmos das nossas escolas, observamos as múltiplas determinações, sua cultura, as influências do ambiente e as diversas interferências do processo educacional nelas próprias e no seu entorno, trazendo o seu significado, as oportunidades criadas, os processos nelas vividos e as experiências ali realizadas. O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada em escolas do campo do campo com base nos livros de Paulo Freire. A pesquisa buscou fazer uma reflexão como as escolas rurais estão buscando compreender como se dá a prática pedagógica referente a educação do campo ,as praticas de leitura e as diretrizes operacionais da educação básica do campo . Na pesquisa utilizou-se o método dedutivo, uma vez que esta metodologia parte “de uma generalização para uma questão particularizada”, partindo para a reflexão sobre como ocorre na educação no/do campo. A pesquisa revelou que existem esforços das escolas e a tentativa de se aprofundar os estudos e implantar as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, principalmente com as reflexões e estudos que são propostos pelas politicas publicas oriundas de movimentos sociais. Entretanto, ainda existe uma grande distância entre a teoria e a prática das atividades pedagógicas das escolas do campo. Portanto, a construção de uma educação no/do campo exige uma formação de professores que seja capaz de chamar a atenção sobre a importância da valorização do lugar e da realidade de seus sujeitos. Como também a forma de repensarmos a leitura aliada ao projeto politico pedagógico.

Palavras- chave: Educação no/do Campo; Práxis Pedagógica ;Leitura; Cultura ;Realidade.

Abstract

The study aims to show how developed the Rural Education, whose process of drafting theory and practice, is being played by social movements in Brazil in recent decades, can contribute decisively to the construction of a new hegemony. As we near our schools, we observed multiple determinations, culture, environmental influences and interference of the various educational process in themselves and their surroundings, bringing its meaning, the opportunities, processes them and lived experiences there carried out. This article is the result of a survey conducted in the rural schools of the field based on the books of Paulo Freire. The research sought to reflect in rural schools are seeking to understand how the pedagogical practice related education field, the practices of reading and operating guidelines of basic education field. In the research we used the deductive method, since this method part of a "widespread issue for a particularized" starting to reflect on how education occurs in the / field. The research revealed that there are efforts of schools and attempt to further study and implement the Operational Guidelines for Basic Education Field Schools, especially with the reflections and studies that are proposed by public policies derived from social movement. However, there is still a large gap between the theory and practice of educational activities of rural schools. Therefore, the construction of an education in the / field requires training teachers to be able to draw attention to the importance of the appreciation of the place and the reality of its subjects. As well as the form of rethinking reading coupled with the political pedagogical project.

Keywords: Education in / Field; Pedagogical Praxis, Reading, Culture, Reality.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo investigar e têm como proposta fundamental incentivar os participantes a valorizar, sistematizar e repensar as praticas pedagógicas vigentes no ensino no campo . Sabe-se que Educação do Campo e o processo de aquisição da leitura vinculado a escrita vem se realizando no conjunto dos Movimentos sociais, das lutas e organizações do povo do campo.

Nota se que essa educação rural só é possível se o público alvo for mantido na zona rural. Essa clientela precisa ser incentivada a pensar e agir por si próprios, assumindo sua condição de sujeitos da aprendizagem, do trabalho e da cultura do meio onde vivem. Eles são os focos principais dessa educação de qualidade. Políticas sociais e educacionais estão sendo elaboradas de modo a oferecer uma educação de qualidade para todos, haja vista que a Educação é um direito de todos. Assim, segundo essa visão, a educação se deve realizar como um instrumento do desenvolvimento e este se concretizam e materializam no dia-a-dia dos homens e mulheres, na realidade onde vivem.

Este estudo destina-se a atender á alunos das escolas do campo como também educadores ou qualquer individuo que manifeste interesse , tem a proposta inicial incentivar os participantes a superarem as dificuldades na leitura e na produção de texto, sem ter que sair do seu ambiente social para a superação dessas dificuldades.

O foco da pesquisa reside em saber se os aspectos políticos e pedagógicos e a organização curricular levam em consideração o respeito aos tempos e modos de ser, viver e produzir do campo, suas reais necessidades e interesses, a relação com a terra e o meio-ambiente e a incorporação do espaço com suas especificidades e peculiaridades. Investiga ainda se há ou não uma valorização do diálogo e das práticas democráticas na escola; se há ou não o reconhecimento e valorização da diversidade sociocultural da comunidade no âmbito do direito à igualdade e do respeito às diferenças e resgate da identidade da população atendida como prevê a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional – LDBN, lei nº 9.394/96 e as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo que, apresentam princípios e procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais.

Art. 4º O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável. (CNE/CEB 1/2002 p 3, 2002)

Além dos aspectos acima mencionados, evidencia-se, por meio da observação sistemática, a dimensão do processo de aquisição da leitura ,frente as necessidades de comunicação do homem .

A prática da leitura se faz presente em nossas vidas desde o momento que começamos a “compreender” o mundo à nossa volta. No constante desejo de decifrar e interpretar o sentido das coisas que nos cercam, de perceber o mundo sobre diversas perspectivas, de relacionar a realidade ficcional com a que vivemos, no contato com um livro, enfim, em todos os casos estamos de certa forma, lendo – embora, muitas vezes, não nos demos conta. Desse modo, a leitura se configura com um poderoso e essencial instrumento libertário para a sobrevivência do homem.

Há, entretanto, uma condição para que a leitura seja de fato prazerosa e válida: o desejo do leitor. A leitura não pode se tornar uma obrigação, porque quando ela se transforma em obrigação, a leitura se resume em simples enfado. Para suscitar esse desejo e garantir o prazer da leitura, é preciso dar aos alunos o direito de escolher o que quer ler, o de reler, o de ler em qualquer lugar, ou, até mesmo, o de não ler. Respeitados estes direitos, o leitor, da mesma forma, passa a respeitar e valorizar a leitura. Está criado, então, um vínculo indissociável. A leitura passa a ser um imã que atrai e prende o leitor, numa relação de amor na qual ele, por sua vez, não deseja desprender-se.

Acredita-se também que o hábito da leitura é fundamental para a prática de produção de texto, pois o fracasso na produção de texto deve-se justamente ao fato de haver pouca leitura. Sendo assim, o propósito deste trabalho é, acima de tudo incentivar o aluno a leitura e a escrita em todos os seus aspectos e criar condições para que tais atividades se desenvolvam de modo eficiente e produtivo.

A partir desta proposta elaborou-se esta pesquisa com a finalidade de levar o conhecimento útil e prático, e seu único mérito é o de colocar o aluno em contato direto com a leitura e a produção de texto tornando assim, a aprendizagem mais eficaz e agradável. Pensando nos direitos dos alunos e nos deveres do Professor, como uma forma de constituir melhorias na vida dos beneficiados, não só a alunos, mas também a família dos mesmos poderão se infiltrar no mundo da leitura descobrindo o prazer de ler, reler e escrever/contar o que leu. Bem sabemos que “o trabalho social principal do professor e da escola deve consistir na melhoria constante da agricultura, da economia rural e das condições de vida do camponês”. Para isso é preciso “aproximar a escola das necessidades da economia e da vida camponesas”, como nos lembra Pistrak (2001, p. 70). Trata-se de construir Escolas vivas, ou seja, Escolas ligadas à vida, mergulhadas na realidade dos povos do campo, aprofundando esta realidade e contribuindo para transformar esta realidade e a vida dos camponeses.

Quando se trata da Educação do Campo, é preciso mencionar, no debate sobre alfabetização, as especificidades da realidade e do campo, considerando-se a diversidade de experiências e modos de organização curriculares, as formas existentes de cultura , assim como a história de constituição o dos povos do campo (agricultores, assalariados, camponeses sem terra, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, extrativistas, caiçaras, pescadores, seringueiros, dentre outros) e das infâncias presentes .

Partindo da realidade dos povos do campo, os quais possuem culturas predominantemente orais, acreditamos que tais manifestações culturais devem impregnar a escola com seus saberes, ludicidade e valores formativos. Seja

organizando festivais de músicas, de piadas ou 'causos', de repente (desafios), que integrem as crianças e jovens da comunidade; seja trazendo para dentro da escola cantadores do povo, contadores de histórias; seja incentivando a tradição das cantigas de roda, ou incorporando novas brincadeiras e músicas infantis ou populares; seja se envolvendo em problemas, demandas e impasses presentes na comunidade. Um exemplo de cultura oral que passou a ser registrada e constitui expressiva arte popular é a literatura de cordel. A linguagem, os símbolos, a força da oralidade presentes no cordel constituem material textual significativo para as populações do campo, através do qual as crianças podem ser levadas a refletir tanto sobre os aspectos materiais da língua escrita, como também a desenvolverem sua oralidade, musicalidade, interpretação cênica, etc.

É papel das Escolas fazer a diferença, ter ligação com o meio, ter compromisso, influenciar e deixar ser influenciada pela realidade onde está inserida e da qual faz parte. Para prepararmos os nossos educando para esse mundo moderno e contemporâneo, percebe-se a necessidade de prepará-los para enfrentar essas mutações. Portanto, uma sociedade letrada mesmo morando na Zona Rural, precisa saber ler, escrever e principalmente se comunicar/falar. A valorização social de uma pessoa, atualmente, está intimamente ligada ao seu desempenho escrito, mas também ao oral, pela razão da ampla exposição aos meios de comunicação.

Para Paulo Freire: (FREIRE, 1980, p. 34)

(...) a vocação do homem é a de ser sujeito e não objeto (...), não existem senão os homens concretos ('não existe homem no vazio'). Cada homem está situado no espaço e no tempo, no sentido em que vive numa época precisa, num lugar preciso, num contexto social e cultural preciso.

Hoje, busca-se dedicar o mesmo tempo de aprendizagem tanto para a expressão oral quanto para a escrita, como meio de inserção da criança e do

jovem na sociedade. Para revigorar a língua escrita, é preciso inserir-lhe elementos vivos da língua falada, através da prática de leituras constantes.

Usar bem a língua não significa necessariamente falar e escrever de modo correto, mas de modo adequado à circunstância. A principal preocupação não deve ser a de seguir as regras, mas a de usar a linguagem adequada à situação e ao objetivo em mente.

Para Vygotsky (2007, p. 94):

Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia. Por exemplo, as crianças começam a estudar aritmética na escola, mas muito antes elas tiveram alguma experiência com quantidades – tiveram que lidar com operações de divisão, adição, subtração e determinação de tamanho. Consequentemente, as crianças têm a sua própria aritmética pré-escolar

A leitura é considerada como uma ferramenta insubstituível que permite aos sujeitos leitores aceder a um conjunto de experiências e conhecimentos. Desta forma e dada a importância que lhe é atribuída é crucial conhecer e compreender os seus modelos de aquisição, os processos que lhe são subjacentes, as componentes que a constituem, bem como as metodologias de ensino, como forma de poderem desenvolver uma atuação mais consciente, informada e adequada aos alunos.

Pode-se dizer que é através da leitura que o indivíduo “pega gosto” pela formação de textos, querendo que todos leem o que escrevem. O mundo é bom, mas com a leitura, ele torna-se melhor ainda. Segundo Franchi (1984) há que se promover exercícios linguísticos, procurando evitar a estigmatização da linguagem das crianças, estimulando a produção de textos que objetivam, a reforçar a sensibilidade para diferentes usos da linguagem; levar à compreensão dos fatos de que o uso da linguagem é redigido por convenção, mas equivalente ao dialeto trazido pela criança. Afirmar a autora:

Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada penetram na corrente da comunicação verbal, ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar. Os sujeitos não adquirem a língua materna, é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência. (p.24)

O insucesso na aquisição da leitura influencia, por vezes de uma forma decisiva, a aprendizagem noutras áreas disciplinares, para as quais o domínio desta competência é essencial. Por esta razão pode condicionar o percurso escolar do aluno e desencadear um conjunto de consequências negativas, como o desinvestimento face à aprendizagem, problemas comportamentais e afetivos. Desta forma, afigura-se como fundamental que estas situações sejam alvo de uma sinalização e avaliação adequadas e atempadas, com o intuito de se desenvolverem planos de intervenção eficazes. Sabe-se, aliás, que um dos fatores determinantes desta eficácia é a precocidade da intervenção.

Não se pode afirmar que falar e escrever bem para a sociedade é o mais importante, e sim, a questão da adequação vocabular, ou seja, a utilização do registro (fala) no momento certo. Reconhecer a importância do padrão culto não significa banir para sempre o falar espontâneo do dia-a-dia. Tudo tem sua hora e lugar.

Então, a leitura passa a ter um papel efetivo nessa questão, pois ao adquirir a prática de ler textos variados, desde simples revista em quadrinhos, o jornal cotidiano ou uma poesia de Patativa do Asaré, você passa de um simples “leitor-observador” para um “leitor-conhecedor”. E isso ajudará muito no que diz respeito ao seu conhecimento oral e escrito, pois a leitura não só dá “asas a imaginação”: ela faz você interagir socialmente, ativando os seus mais variados conhecimentos, desde o cultural ao linguístico.

É importante ressaltar que, qualquer que seja o ramo da atividade, o profissional sabe que o êxito dele depende, além dos conhecimentos próprios da área, de sua habilidade na leitura, que resultará em competências quanto ao

manejo da língua. Enfim, todo saber é transmitido através desse instrumento primordial da comunicação humana na qual a leitura é uma das protagonistas. Desta forma, para o nosso jovem, que vem em processo de formação constante, é papel primordial do educador e também dos responsáveis, criar interesses, orientar esforços e apontar caminhos em relação à prática de leitura, construindo-o como pessoa e cidadão esclarecido, crítico e exigente em relação à sociedade em que quer viver. Como diz Paulo Freire (p. 15, 1996): “Homens e mulheres são éticos, capazes de intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de escolher, capaz de grandes ações...”. Resolve-se pensando nisso montar um projeto onde se possa vir auxiliar possibilidades de melhoria na leitura e na escrita como um todo. Despertando assim no aluno o gosto de desenvolver a leitura e a escrita como fonte de prazer e sabedoria.

Partindo da compreensão de Educação como “processos formativos que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” e do entendimento que “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Art. 22, LDB 9.349/96), é que foi feito esse projeto a fim de proporcionar a essa comunidade rural e até urbana o livre acesso a toda e qualquer tipo de leitura. A essa compreensão da Educação, da Educação Básica e do Currículo soma-se a compreensão de que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (Diretrizes Operacionais, Art. 2o , parágrafo único).

Todo essa perspectiva de trabalho remete ao sentido e significado do seu fazer: o primeiro é o de aprender, sendo a aprendizagem sempre intencional, mesmo quando lúdica, em seu processo há algumas perguntas importantes: - aprender o quê? – aprender como? – aprender para quê? Podemos dizer que aqui se encontra o núcleo do trabalho pedagógico, do qual participam o material a ser trabalhado, as condições de compreensão dos participantes, as interações e mediações pedagógicas, as aprendizagens e conhecimentos em processo de construção; o segundo é o sentido e o significado da própria aprendizagem: Aqui podemos perceber a perspectiva da superação da educação bancária incansavelmente criticada por FREIRE. E o que Freire questionava? – Que os conceitos e teorias não são entidades com razão de ser em si mesmas, e que, portanto, o conhecimento e as aprendizagens têm relação com o mundo em que vivemos; - Que ninguém é tão sábio a ponto de saber tudo, e ninguém é tão ignorante que não saiba nada, remetendo à relação pedagógica professor e aluno; - Que o processo da aprendizagem tem como ponto de partida a “leitura de mundo”, complementada e dialeticamente tencionada pela “leitura da palavra”.

A leitura é de fundamental importância na vida das pessoas, pois através dela é que se adquire novas ideias, e se obtém informações necessárias. A leitura contribui para o prazer pessoal e amplia os interesses do indivíduo. Todas essas conquistas podem levar a uma vida bem sucedida.

Sabemos que

Essa tarefa mental se amplia num processo reflexivo à proporção que as ideias se ligam em unidades de pensamento cada vez maiores. O processo mental, no entanto, não consiste apenas na compreensão das ideias percebidas, mas também na interpretação e avaliação. Para todas as finalidades práticas, tais processos não podem separar-se um do outro; fundem-se no ato da leitura .(BAMBERGER ,pag 58)

A leitura ajuda no desenvolvimento e na personalidade do indivíduo, e é um dos aspectos mais importantes para o aluno como ponto de partida para a aquisição de conhecimentos, meios de comunicação e socialização.

O ensino da leitura deveria corresponder à percepção que conseguimos da natureza da leitura. Processo complexo, a leitura compreende várias fases de desenvolvimento. Antes de tudo, é um processo perceptivo durante o qual se reconhece símbolos. Em seguida, ocorre a transferência para conceitos intelectuais. .(BAMBERGER ,pag 61)

Para abordarmos aspectos relativos ao ensino da leitura é importante sabermos o significado do ato de ler.

Ler é um processo dinâmico e ativo implicando não só, a apreensão do significado do texto, mas a incorporação de nossa experiência e visão de mundo como leitor. A cada leitura essa interação dinâmica leitor/texto favorece a produção e a escrita de novo conhecimento e a expressão de uma linguagem diferenciada.

Ao conhecer o ato de ler como um processo dinâmico, naturalmente, está priorizando a formação de um leitor crítico e criativo.

Ler é quase comentar um texto; é sublinhar, com a voz, as palavras essenciais... É ainda se colocar em harmonia com os sentimentos que o autor exprime, entregá-los e comunicá-los em torno de si: um sorriso, uma voz emocionada, olhos em que se pode ver lágrimas despontando, tudo isso é um comentário que dura longamente. Uma fisionomia fala tanto quanto a voz. (Chartier & Hébrard. p.261)

A leitura é um ato que, também, depende de estímulo e motivação. A prática da leitura é uma tarefa essencial para a construção do conhecimento e um deflagrador do sentimento e opinião crítica do indivíduo. Ao propor atividades de leitura aos alunos, devemos levar em conta o gosto que os mesmos possuem pelo ato de ler. Fazer com que eles entendam que a leitura Comparada ao cinema, ao rádio e a televisão, tem vantagens únicas. Em vez de precisar escolher dentre variedade limitada, posta a sua disposição por cortesia do patrocinador comercial, ou entre filmes disponíveis no momento, o leitor pode escolher dentre os melhores escritos do presente ou do passado. Lê onde e quando mais lhe convém, no ritmo que mais lhe agrada, podendo apressar ou retardar a leitura, interrompe-la, reler ou parar para refletir, o seu

bel-prazer. Lê o que , quando, onde e como bem entende. Essa flexibilidade garante o interesse contínuo pela leitura, tanto em relação à educação quanto ao entretenimento. GUEDES e SOUZA ,2007 afirmam em seu artigo que ‘ ler é produzir sentido: ensinar a ler é contextualizar textos: o leitor atribui ao texto que tem diante de si o sentido que lhe é acessível. Então conclui se que quanto mais acesso ao mundo da leitura, mas conhecimento os alunos estarão adquirindo e percebendo o quanto é bom ler e fácil escrever.

Na prática a que se observa é que a escola não vem desenvolvendo a leitura dentro da perspectiva mais ampla. Sendo função básica ela vem privilegiando a escrita em detrimento a leitura “de mundo” que a criança já faz e traz para a escola. E além de negligenciar a importância de interdependência entre essas duas leituras, ela vem em relação à leitura do escrito enfatizado somente o trabalho de adquirir os mecanismos básicos de grafia que lhe permite o acesso ao mundo escrito. BAMBERGER afirma que através da leitura favorece:

[...] a remoção das barreiras educacionais de que tanto se fala, concedendo oportunidades mais justas de educação principalmente através da promoção do desenvolvimento da linguagem do exercício intelectual, e aumenta a possibilidade de normalização da situação pessoal do indivíduo.

A produção de texto está relacionada com a prática de leitura de cada um. Quem lê produz e escreve mais. É preciso lembrar que a produção de texto na escola de levar em consideração o próprio interesse de o educando emergir da discussão de assuntos relacionados à sua experiência e vivência. Não se estabelece o produto texto ideal, previamente determinado, mas se respeita o texto que o aluno pode produzir em relação a seu grau de desenvolvimento. “É impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto.” Essa posição defendida por Bakhtin (1997) e também por Bronckart (1999) é adotada pela maioria dos autores que tratam à língua em seus aspectos discursivos e enunciativos e não em suas peculiaridades formais. Essa visão segue uma noção de língua como atividade social, histórica e cognitiva.

É nesse contexto que os gêneros textuais se constituem como ações sócio discursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo. O trabalho com gêneros textuais é uma excelente oportunidade de se lidar com a língua em seus mais diversos usos no dia-a-dia, pois nada do que fizermos linguisticamente está fora de ser um gênero.

No trabalho com produção de textos é importante ainda fazer-se uma distinção entre gêneros textuais e tipos textuais. O primeiro é usado para designar uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição, ou seja, aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas. Cada tipo textual possui pistas linguístico-discursivas características e as sequências linguísticas são norteadoras.

As atividades sociais é que dão origem a vários deles, constituindo práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais. Os domínios discursivos são as grandes esferas da atividade humana em que os textos circulam. Para aprender a escrever um gênero determinado de texto é necessário que os alunos sejam postos em contato com um corpus textual desse mesmo gênero, que lhes sirva de referência em situações de comunicação bem definidas e reais.

É função do professor fornecer ao aluno condições adequadas de elaboração, permitindo-lhe empenhar-se na realização consciente de um trabalho linguístico que realmente tenha sentido para si, e isso só é conseguido à medida que a proposição de produção textual seja bem clara e definida, apresentando-se as “coordenadas” do contexto de produção. É necessário que o aprendiz possa sentir que realmente está produzindo para um leitor (que não deve ser apenas o professor), eliminando a exclusividade das situações artificiais de produção textual tão presentes no cotidiano da escola. Assim o professor deve propor aos textos produzidos um outro destino que não seja o cesto de lixo.

Educação como ato de conhecimento, por sua vez, cor responde à experiência com o conhecimento científico e com a cultura, tanto sua construção cotidiana e os diferentes saberes populares, como a produção historicamente acumulada pela sociedade. O processo de alfabetização é assim compreendido também como um ato de conhecimento, no qual “aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem” (FREIRE, 1981)

Os textos devem ser lidos não apenas pelo professor, todavia devem ser divulgados de forma que um número maior de pessoas tenha acesso à leitura e a escrita dos mesmos. Neste sentido o educador está motivando o escritor nosso seu processo de escrita e ao mesmo tempo fortalecer o ato de ler .

Para se trabalhar o tema proposto “leitura e produção de texto” faz-se necessária primeiramente uma sondagem das condições socioculturais do educando a fim de compreender e identificar o nível de leitura e produção necessária para o efetivo trabalho intelectual. Partir-se-á então daquilo que é próprio de seu cotidiano, não, porém deixando de lado informações inerentes ao crescimento como ser social.

A partir dessa sondagem é que se podem traçar diretrizes norteadoras do trabalho, buscando sempre corresponder às expectativas do aluno enquanto leitor. A leitura e discussão base de toda atividade serão trabalhadas de forma a desenvolver o senso crítico e habilidade de construção do texto escrito, considerando-se sempre o educando como sujeito ativo na construção de seu próprio trabalho. Sendo assim, os alunos terão em mãos textos e atividades variadas que lhes proporcionam a visão da importância do ato de ler e compreender textos desde os clássicos de leitura juvenil aos contemporâneos, bem como de produzir textos criativos e informativos como forma de participar diretamente do mundo em que vive e porque não influenciá-lo?

Ao longo dos anos percebe-se a evolução do conceito de avaliação da aprendizagem, uma concepção tecnicista em que avaliar significava medir,

atribuir nota, classificar, para uma concepção de avaliação crítica vista em um contexto sociopolítico-cultural.

A prática da avaliação se explicita por uma relação autoritária, conservadora, que coloca os alunos como objetos, apassivados. Esse exercício autoritário provém do poder que tem a avaliação e que permite ao professor manter a disciplina, o silêncio, a atenção dos alunos etc.

Acreditamos em uma avaliação que parta de uma concepção de apreensão de conhecimento nem estática, nem cumulativa, mas dinâmica, contraditória e criativa. O aluno é visto como sujeito do processo, ativo, que não só memoriza e reproduz conhecimentos, mas também os constrói.

De acordo com os PCNs (1998), a avaliação é parte importantíssima no processo educacional, que vai muito além da realidade tradicional, focalizando o próprio controle externo do aluno por meio de notas e também os conceitos que não poderíamos deixar de abordá-los.

Escola Ciclada de Mato Grosso:

“A avaliação, assim entendida, reforça sua natureza de ser inerente à ação, à ação intencional característica exclusiva do ser humano que deverá conduzi-lo progressivamente a constituir-se num sujeito autônomo, liberto para o conhecimento, um pensador livre, crítico, criativo e responsável perante o contexto sócio, econômico, político e cultural em que está inserido”. (2000: 179)

Portanto e de acordo com os PCNs (p.79):

“a função da avaliação é alimentar, sustentar e orientar a ação pedagógica e não apenas constatar um certo nível de conhecimento do aluno... torna-se deste modo uma atividade iluminada e alimentadora do processo do ensino, aprendizagem, uma vez que dá retorno ao professor sobre como melhorar a qualidade do ensino, possibilitando correções no percurso, e retorno ao aluno sobre seu próprio desenvolvimento”.

Após essa breve afirmação inserida nos PCNs, a avaliação ocorrerá através da efetuação do processo gradativo e contínuo, em que estaremos

analisaremos possíveis falhas e oportunizando as correções necessárias, dessa forma, o aluno é participante ativo do processo de avaliação, em todos os seus momentos, também se auto avaliando. Participação na avaliação é sinônimo de avaliação permanente. Aprender a avaliar-se e a criticar-se para melhorar é a contribuição central da participação para a avaliação.

A escola no campo pode, portanto, ser um efetivo dinamizador e mobilizador social e cultural, polo de valorização de diferentes saberes locais e de difusão científica em suas comunidades. Ao cumprir este papel mais amplo, a escola se aproxima de uma possível solução (dentro do que é possível a ela fazer) para o problema específico da alfabetização e letramento infantis no campo. Ao se alçar à condição de um centro difusor de cultura, ciência e arte, estimula práticas de leitura, escrita, declamação, cantorias, pesquisa, e não apenas entre as crianças, mas envolvendo seus pais, irmãos e demais membros da localidade. Cria, assim, condições mais favoráveis àquela articulação entre conhecimento e processo formativo a que nos referimos na seção anterior, bem como ao letramento e alfabetização das crianças e seu uso continuado ao longo da vida e fora da escola

Concebemos, desta forma, que a luta pela edificação de processos avaliativos democráticos e formativos, na educação do campo é parte inerente da busca pela construção de estruturas curriculares que questionem e vão além do formato escolar erudito, que ofusca a vida, prioriza resultados e não valoriza os processos, que pretende “incluir” pessoas para moldar/adaptar sujeitos. É parte, assim, de uma concepção crítica de educação e, portanto, deve se comprometer em avaliar para ajudar a avançar – as crianças e todos os envolvidos, a ação docente, a escola, os vínculos com sua comunidade, e não para excluir ou estigmatizar os sujeitos participantes do processo educativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Vera Teixeira. Leitura em crise na escola: as alternativas do professor. 5ª Ed. Porto Alegre, 1985.

BAMBERGER, Richard. Como Incentivar o Hábito de Leitura. 2ª Ed. São Paulo – Editora Ática, 1986.

CNE. Resolução CNE/CEB 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução n. 1, de 3 de abril de 2002, Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

FRANCHI, Eglê. E as crianças eram difíceis...A redação na escola. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

Freire, Paulo .Pedagogia do oprimido, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra,1987

GUEDES, Paulo Coimbra. SOUZA, Jane Mari de. Ler e escrever compromisso de todas as áreas. 8. ed. - Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2007.

INCRA. MDA. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-Pronea. Manual de Operações.Brasília, Abril de 2004.

LAJOLO, Marisa. Do mundo da Leitura Para a Leitura do mundo. Editora Afiliada – São Paulo, 6ª Ed – 2001.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB. Lei no. 9.394 de dezembro de 1996. MEC

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Escola Ciclada de Mato Grosso: novos tempos e espaços para ensinar – aprender a sentir, ser e fazer. Cuiabá: Seduc, 2000.

MELLO JR, José. O livro Digital: Revista Editor, ano 2 - Nº 8 - Fevereiro / Março 2000.

PCNS: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 2001